NOTÍCIA

8 janeiro 2025
DCIPT

Documento já foi aprovado em Assembleia Municipal

Plano de Ação Climática do Município de Cantanhede focado na adaptação e resiliência ao impacto das Alterações Climáticas

Dado os cenários e as projeções climáticas para o futuro, a Câmara Municipal de Cantanhede avançou com a conceção do Plano Municipal de Ação Climática (PMAC), com medidas e ações destinadas a mitigar eventuais impactos futuros a este nível, protegendo a qualidade de vida da população e garantindo um futuro sustentável para as próximas gerações.
O PMAC de Cantanhede está alinhado com o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Comunidade Intermunicipal (CIM) da Região de Coimbra, assim como com outros planos de ação desenvolvidos por este Município.
O objetivo é responder de forma eficaz aos eventos climáticos extremos, através de adoção de políticas ambientais que conduzam à neutralidade carbónica e à adaptação das vulnerabilidades climáticas atuais e futuras do território.
O documento foi aprovado em reunião de Câmara em agosto do ano passado e esteve em período de consulta pública de 28 de agosto a 10 de setembro de 2024.
Durante o período de consulta pública, foi rececionado um contributo relacionado com a introdução do biometano como fonte de energia renovável. Este gás renovável, proveniente da valorização de bioresíduos, integra os vetores de produção de energia local. Uma das suas principais vantagens é a possibilidade de ser produzido de forma descentralizada, o que contribui para o desenvolvimento regional e para a descarbonização do consumo de gás.
O PMAC foi aprovado em Assembleia Municipal no dia 27 de dezembro de 2024 e a presidente da autarquia, Helena Teodósio, considera-o “um valioso instrumento para enfrentar os desafios das alterações climáticas de forma estruturada e eficaz. Este plano reflete o nosso compromisso em combater as alterações climáticas, reduzir as emissões

de carbono, eliminar os fatores que concorrem para gerar impactos negativos no território e adaptar o território de modo a torná-lo mais resiliente neste campo” .
O aumento de risco de catástrofe, a ocorrência de incêndios, a redução da disponibilidade de água para abastecimento e rega, assim como doenças associadas à poluição do ar são alguns dos impactos das alterações climáticas.
O Município pretende reduzir as emissões no setor da indústria, agricultura, resíduos, transportes, residencial e serviços.
O aumento da produção fotovoltaica para autoconsumo, a substituição da iluminação existente por LED nos edifícios industriais e nas instalações agrícolas, a utilização de biocombustíveis nas indústrias, a redução da produção de resíduos per capita, assim como a diminuição dos consumos derivados de petróleo nos transportes são alguns exemplos de medidas que constam no plano.
Criar incentivos à implementação de jardins e coberturas verdes, promover soluções de arrefecimento evaporativo em espaços verdes e públicos abertos, ampliar e monitorizar a rede pública de águas pluviais e melhorar as condições de escoamento de água em zonas críticas, bem como criar áreas verdes municipais, com diversificação de espécies são outras das propostas.
É intenção ainda elaborar um plano de divulgação e comunicação do PMAC, com um manual de boas práticas ambientais, a fim de sensibilizar os munícipes para a importância deste tema.
“As ações locais são essenciais para alcançar um impacto global e, por isso, estamos a trabalhar de forma integrada com a comunidade, outras autarquias e entidades regionais, para promover práticas sustentáveis e garantir a proteção das nossas infraestruturas e da qualidade de vida dos nossos cidadãos”, frisou o vice-presidente da Câmara Municipal com o pelouro do Urbanismo, Pedro Cardoso.